



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006406-44.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Petroforte Brasileiro Petróleo Ltda (Massa Falida)**
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **Massa Falida Petroforte Brasileiro de Petróleo Ltda**, em face do **Município de São Carlos**, nos quais se alega, em síntese, que, por se tratar de massa falida sujeita à antiga lei de falências, não há cabimento na cobrança de multa e, quanto aos juros de mora e correção monetária, apenas são devidos após a quebra, caso haja ativos da massa por ocasião da realização do passivo. Pediu a exclusão desses encargos, bem como sejam deferidos os benefícios da Justiça Gratuita. Juntou documentos.

Os embargos foram recebidos (fl. 86), tendo o Município de São Carlos apresentado impugnação às fls. 89/98, afirmando que os encargos são devidos.

Manifestação da embargante às fls. 103/113.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento conforme estado em que se encontra, na forma do artigo 17, parágrafo único, da Lei 6.830/80 e do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, vez que desnecessária a produção de outras provas além daquelas constantes dos autos.

Antes de adentrar no mérito, indefiro os benefícios da Justiça Gratuita, pedido este ainda não apreciado, eis que não há, contra a falida, a presunção de miserabilidade. Nesse sentido: STJ - AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1.337.704 – RS.

Ainda, neste sentido:

1006406-44.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Justiça Gratuita – Pessoa Jurídica – Necessidade da comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais – Requisito não demonstrado – **O fato de se tratar de massa falida não implica, automaticamente, na aludida impossibilidade** – Depósito dos valores referentes às diligências de oficial de justiça – Diferimento – Impossibilidade – Despesas não incluídas no conceito de taxa judiciária – Inteligência do inciso IX, do parágrafo único, do artigo 2º da Lei nº 11.608/03 – Recurso impróvido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2071708-52.2018.8.26.0000; Relator (a): Carlos Alberto Lopes ; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Bebedouro - 2ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 17/07/2018; Data de Registro: 17/07/2018).

No mérito, o pedido merece parcial acolhimento.

A embargante teve a falência decretada antes da Lei nº 11.101/2005 (fls. 42/49) e, na execução fiscal movida contra a massa falida não incide multa moratória, consoante prevê o art. 23, parágrafo único, III, do Decreto-lei nº 7.661/45, bem como nos termos das Súmulas 192 e 565 do C. Supremo Tribunal Federal. A esse respeito:

“(...) na execução fiscal movida contra a massa falida não incide multa moratória (Precedentes: AgRg no REsp 693.195 MG, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 24 de outubro de 2.005; REsp 447.385 RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, DJ de 08 de agosto de 2.006; REsp 660.263 RS, Relatora Ministra ELIANA CAMON, Segunda Turma, DJ de 10 de maio de 2.006).” (STJ, AgRg no AgRg no REsp 766.172/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, j. 18/12/2007, DJ 25.02.2008 p. 1).

A pretensão quanto aos juros procede em parte, pois, segundo o C. Superior Tribunal de Justiça: ***“juros moratórios anteriores à decretação da falência independe da suficiência do ativo. Após a quebra, serão devidos apenas se existir ativo suficiente para pagamento do principal.”*** (REsp 686.222/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, Primeira Turma, j. 22.05.2007, DJ 18.06.2007, p. 246).

Neste sentido também é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS À EXECUÇÃO –


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sociedade empresária com falência decretada – Decreto-Lei nº 7.661/45 – **Não incidência de multa e juros de mora após declaração de quebra** – Recálculo da CDA – Sentença de improcedência reformada – Procedência dos Embargos à Execução – Apelação provida. (TJSP; Apelação 0002297-76.2014.8.26.0361; Relator (a): Ana Liarte; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro de Mogi das Cruzes - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/09/2018; Data de Registro: 13/09/2018).

Execução fiscal. Município de São Paulo. ISS. Massa falida. Falência decretada na vigência da antiga Lei de Falências, que deve nortear o procedimento (Lei 11.101/05, art. 192). **Multa moratória. Descabimento (art. 23, parágrafo único, III, do DL 7.661/45). Aplicação das Súmulas 192 e 565 do STF. Juros moratórios. Incidência anterior à decretação da falência, e posterior condicionada à suficiência de ativo.**

Sucumbimento recíproco. Recurso do Município não provido. (TJSP; Apelação 9000012-28.2013.8.26.0090; Relator (a): Carlos Violante; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Público; Foro das Execuções Fiscais Municipais - Vara das Execuções Fiscais Municipais; Data do Julgamento: 30/08/2018; Data de Registro: 04/09/2018)

No que tange à correção monetária, o pedido improcede, pois esta deve ter incidência integral até o efetivo pagamento. Nesse sentido, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp nº 79637/RS (Relator Ministro Luiz Fux, v.u., publicado no DJU de 29.03.2004):

“RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL CONTRA A MASSA FALIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO DL 858/69. 1. A correção monetária de débito fiscal da massa falida deve ser efetuada nos termos do art. 1º do Decreto-lei 858/69, regra de caráter especial que afasta a aplicação da regra geral de atualização dos débitos judiciais, prevista na Lei nº 6.899/81”.

Ante o exposto, julgo **parcialmente procedentes os embargos à execução**, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, para o fim de determinar a exclusão da cobrança de multa e, no caso dos juros de mora, a sua incidência **antes da quebra, sendo que, após a quebra,** apenas se houver ativos suficientes por ocasião da realização do passivo, sendo devida a correção monetária.

Tendo havido sucumbência recíproca, as partes devem ratear as custas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, por analogia inversa ao artigo 85, § 8º do CPC, em R\$ 1.000,00 (mil reais), na proporção de 50%, para cada uma, observando-se que a embargada é isenta de custas, na forma da lei.

Transitada em julgado, certifique-se o desfecho deste feito nos autos principais.

P.I.

São Carlos, 20 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**